

Como explorar as novas jazidas de petróleo?

Propostas do governo de criar uma estatal para explorar o óleo na camada pré-sal e de instituir um fundo para administrar os recursos dominam os debates no Plenário. Francisco Dornelles, Heráclito Fortes e Alvaro Dias criticam a formação de uma nova empresa, enquanto Garibaldi Alves diz que Congresso precisa conhecer mais o assunto. **3**



Stéferson Faria/PETROBRAS

Descobertas pela Petrobras, as reservas estão em águas profundas e podem fazer do país um dos dez maiores produtores do mundo



Jane Araújo

Baltasar Garzón (C), juntamente com Suplicy (E), foi recebido por Garibaldi

Garzón diz que anistia não impede punição de crimes

O juiz espanhol Baltasar Garzón, que conseguiu a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet, foi recebido pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. À saída do encontro, o magistrado afirmou concordar com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, segundo a qual as leis de anistia não podem impedir a investigação de crimes contra a Humanidade. "Tanto é assim que se está julgando Alberto Fujimori. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos estabelece que esses crimes são imprescritíveis", disse. **4**

Senadores debaterão plano para a Amazônia

A Comissão de Meio Ambiente discutirá na próxima terça-feira o Plano

Amazônia Sustentável. Devem participar os ministros do Meio Ambiente, Car-

los Minc, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. **4**



Leopoldo Silva

Comissão decidiu requerer à Finatec a apresentação de todos os contratos firmados entre estados e municípios

CPI quer acesso a dados sobre repasses a ONGs

A CPI das ONGs vai solicitar, junto aos órgãos públicos federais da jurisdição

do Tribunal de Contas da União, o acesso integral à documentação relacionada

a processos de repasses de recursos a organizações não-governamentais. **3**

Aprovadas emendas à MP das Ferrovias

Plenário aprova mais duas emendas à MP que amplia a malha ferroviária do país. **3**

Desertificação preocupa Parlasul

Parlamento também declara oposição ao embargo europeu à carne do Mercosul. **5**

Prazo para registro de microempresa

CCJ examina projeto que fixa em cinco dias prazo para registro de microempresa. **5**

Para o presidente do Senado, é preciso ir além de uma eventual proposta do governo e construir uma solução do Legislativo, que, na opinião dele, tem procurado cumprir o seu dever, a despeito das MPs

Garibaldi diz que Congresso deve ter projeto de reforma política

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou ontem que o Congresso Nacional deve ter seu próprio projeto de reforma política, a ser discutido junto com a proposta que o governo enviará aos parlamentares.

– É claro que os deputados e senadores devem discutir o projeto do governo, mas não podem ficar só nele. Devem também debater o projeto dos congressistas – afirmou.

Garibaldi Alves disse discordar da afirmação de que o Congresso estaria “andando a reboque” do Poder Judiciário, pois, argumentou, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado ainda está votando projeto que limita o emprego de algemas pela polícia quando o Supremo Tribunal Federal fixou normas para a situação há cerca de um mês.

– O Congresso, aqui ou acolá, tem se omitido, mas tem legislado, a despeito das medidas provisórias. Tem procurado cumprir o seu dever. O problema é que o Legislativo precisa se afirmar a todo momento, pois está a todo instante prestando contas à opinião pública. Que outro Poder fica a toda hora respondendo a perguntas? Pelo menos é o Poder mais transparente e, por isso mesmo, o mais penalizado – destacou o presidente do Senado.

Com as campanhas para as eleições



Garibaldi: o Legislativo é o Poder mais transparente e, por isso, o mais cobrado pela população

municipais em andamento, Garibaldi admitiu que o Plenário só deve “votar matérias mais importantes” na próxima semana, pois “agora o quórum está um pouco baixo”. Ele lembrou ter proposto aos líderes partidários que a Casa dedicasse de duas a três semanas de agosto e setembro às votações, liberando os parlamentares em pelo menos dois períodos para que se ocupassem com as eleições.

– Mas eles disseram que seria melhor manter as votações – observou.

Garibaldi também atendeu a pedido do senador Tião Viana (PT-AC) e remeteu à Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ) questão de ordem sobre o procedimento a ser adotado quanto à ausência de parlamentares em sessões plenárias nos dois meses anteriores às eleições.

Dunga

Ao contrário do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, Garibaldi pediu “uma segunda chance” para o técnico Dunga, da Seleção Brasileira de Futebol, que perdeu por três a zero para a Seleção da Argentina, nas Olimpíadas de Pequim.

– Não foi um fracasso. Foi uma derrota para a Argentina – ponderou.

Tuma apressa exame de denúncias sobre contratos

“Eu acho que quem deve falar agora é o corregedor-geral Romeu Tuma [PTB-SP].” A afirmação é do presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao ser questionado por jornalistas, ontem, sobre providências em relação às denúncias publicadas na imprensa a respeito de irregularidades apontadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público em contratos do Senado com empresas terceirizadas.

– Romeu Tuma foi designado por mim para ler, acompanhar, verificar tudo o que foi apurado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Ele é quem deve dizer o que existe com relação ao Senado nesse caso. Creio que o senador Efraim Morais [DEM-PB, 1º secretário do Senado] também está esperando pela palavra de Romeu Tuma. Ele me disse que agora iria aguardar a palavra de Tuma. São informações que, oficialmente, como corregedor, Romeu Tuma dará ao Senado. Vou pedir a ele que apresse isso. O próprio Efraim deve estar desejoso de ver isso esclarecido – afirmou.

Pouco depois da entrevista de Garibaldi Alves, assessores do gabinete de Romeu Tuma informaram à imprensa que o corregedor está finalizando seu relatório e que, tão logo o conclua, o levará para o presidente da Casa.

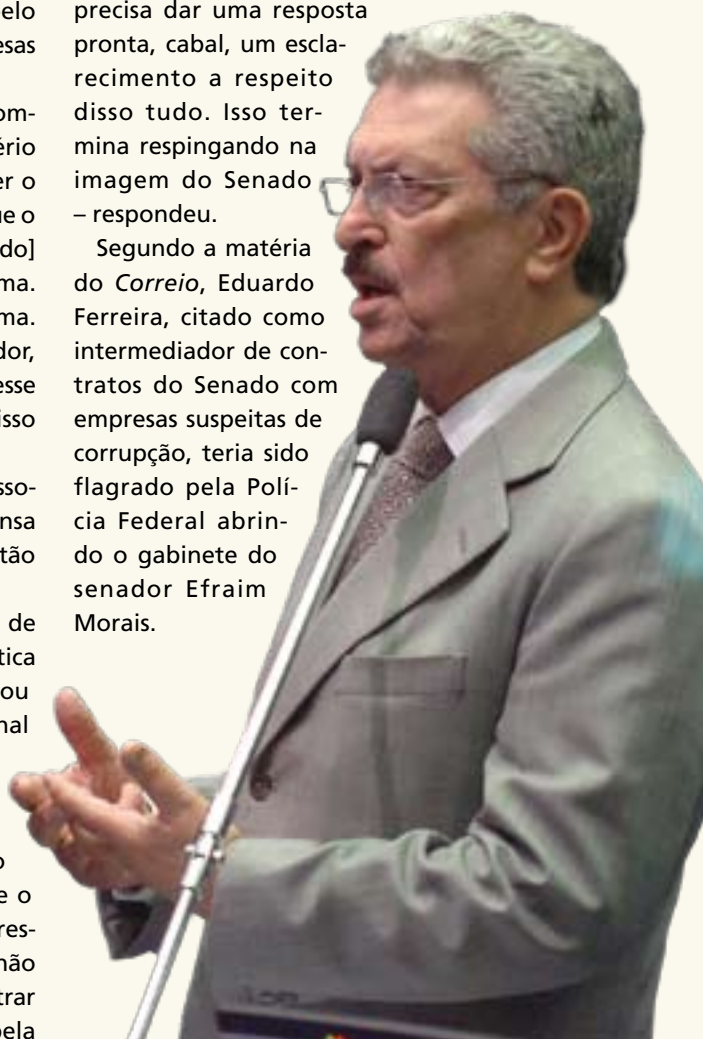
Na mesma entrevista, Garibaldi descartou a idéia de enviar esse assunto para a análise do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O presidente do Senado explicou que não pode simplesmente enviar matérias de jornal para o exame desse colegiado. Só munido de uma denúncia concreta, explicou ele, é que poderia tomar providências que levassem o assunto ao conselho.

– O Conselho de Ética só começa a estudar o assunto depois de referência clara do corregedor. Creio que o conselho só poderia entrar no assunto depois desta resposta do senador Romeu Tuma. E, depois, o conselho não deve entrar no assunto a partir do nada. Não pode entrar por causa de notícias da imprensa, é preciso esperar pela apuração total – explicou.

Indagado ainda se está incomodado com noticiário do *Correio Braziliense*, de ontem, sobre as licitações do Senado, o senador respondeu que isso, de fato, precisa de esclarecimento.

– Não estou incomodado. O que acho é que o Senado precisa dar uma resposta pronta, cabal, um esclarecimento a respeito disso tudo. Isso termina respingando na imagem do Senado – respondeu.

Segundo a matéria do *Correio*, Eduardo Ferreira, citado como intermediador de contratos do Senado com empresas suspeitas de corrupção, teria sido flagrado pela Polícia Federal abrindo o gabinete do senador Efraim Morais.



Romeu Tuma já trabalha na finalização de relatório

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 11h, ocorre a sessão especial para homenagear a Maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua trancada por dois projetos de lei de conversão.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, preside às 9h30, no Salão Nobre da Casa, o lançamento do portal referente aos 20 anos da Constituição Cidadã e do CD *Assembléia Nacional Constituinte 20 anos*; às 11h, no Plenário do Senado, comanda a sessão especial destinada a celebrar a data de criação, no dia 17 de junho de 1822, do Grande Oriente do Brasil, bem como para homenagear a Maçonaria brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom; às 14h, abre a solenidade de abertura da Semana Guimarães Rosa; e, às 16h, preside a ordem do dia.

Infra-Estrutura debate introdução do biodiesel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se, às 14h, para votar dois projetos que tratam da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. A comissão discute ainda a indicação de Emília Maria Silva Ribeiro para exercer o cargo de membro do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Criação de municípios e uso de algemas em discussão na CCJ

Reunião, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para votar substitutivo a quatro projetos que visam regulamentar o procedimento para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Entre os demais 23 itens da pauta encontra-se o substitutivo ao projeto que normatiza o uso de algemas.

Relações Exteriores analisa acordos assinados pelo Brasil

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) tem reunião, às 10h, para votar cinco projetos de decreto legislativo que tratam da aprovação de acordos assinados pelo Brasil com outros países.

Semana Guimarães Rosa

Às 9h30, no Salão Nobre, ocorre a cerimônia de lançamento do portal dos 20 anos da Constituição Cidadã e do CD com informações relativas à data e à Assembléia Nacional Constituinte. Às 14h será realizada, no 1º andar do Anexo II do Senado, a solenidade de abertura da Semana Guimarães Rosa, que integra a programação do Ano Cultural Artur da Távola, quando será aberta a *Exposição Guimarães Rosa* e lançado o *Dicionário de Guimarães*, de Luiz Coronel. Às 15h, no auditório do Interlegis, realiza-se painel de debates com a participação do jornalista Sérgio de Sá, do poeta Alexei Bueno e das professoras Elizabeth Hazin e Vilma Guimarães Rosa; e, às 18h, o lançamento do livro *Relembrações: João Guimarães Rosa, meu pai*, de Vilma Guimarães Rosa.

Plenário aprova novas emendas à MP que amplia malha ferroviária

O Plenário aprovou ontem duas emendas ao projeto de lei de conversão (PLV 18/08) que altera a estrutura ferroviária do país. A proposta, proveniente da Medida Provisória 427/08, foi acolhida na terça-feira da semana passada, porém com equívocos no texto, já que emendas que haviam sido acatadas pelo relator-revisor, Valdir Raupp (PMDB-RO), não chegaram a ser apreciadas pela Casa. O equívoco havia deixado de fora da malha ferroviária nacional trechos considerados importantes pelos senadores.

– Durante os debates sobre a matéria, conforme pode ser verificado nas notas taquigráficas da sessão, acatei duas sugestões de alteração do Anexo I do PLV, encaminhadas pelo senador Flexa Ribeiro [PSDB-PA]: uma, tratando da inclusão de Barcarena [PA] como ponto de passagem na descrição da Ferrovia EF-151, entre Belém e Açailândia [MA]; e outra, para inclusão da Ferrovia EF-170, ligando Santarém [PA] a Cuiabá.

Entretanto, naquela ocasião, essas sugestões deixaram de ser formalizadas como emendas, em complementação ao parecer proferido – resumiu Raupp.

Ontem, ao final da votação, Garibaldi determinou a confecção de novos autógrafos ao projeto, para remessa à Câmara.

Flexa Ribeiro comemorou a aprovação das emendas.

– Quero agradecer ao nobre senador Valdir Raupp por ter corrigido uma falha que poderia prejudicar as emendas de minha autoria que foram por ele acatadas na sessão da semana passada. A Ferronorte vai finalmente passar por Barcarena, que é o nosso porto. As emendas também incluem no sistema ferroviário nacional a Ferrovia Santarém-Cuiabá – disse Flexa Ribeiro.

Valdir Raupp lembrou que o PLV 18/08 regulamentou a malha ferroviária nacional, e ligou os oceanos Atlântico e Pacífico, passando por vários estados brasileiros até chegar aos portos de Paita e Baiova, no Peru.

Comissão irá requerer acesso a documentos sobre repasses a ONGs

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs) decidiu solicitar – junto a entidades da administração pública federal que integram a jurisdição do Tribunal de Contas da União (TCU) – o acesso integral à documentação relacionada com processos de repasses de recursos federais a ONGs. O requerimento é de Raimundo Colombo (DEM-SC).

Também foi aprovado requerimento do presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), que solicita a apresentação, pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), de todos os contratos e aditivos firmados com o governo do Piauí e as prefeituras de Recife, São Paulo, Vitória, Fortaleza e Nova Iguaçu, assim como dos instrumentos firmados para a subcontratação das empresas

Intercoop e Camarero & Camarero Ltda. Por sugestão do relator da CPI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), a proposta incluirá os contratos firmados pela Finatec em outras unidades da Federação.

A comissão também deverá ouvir, como requerido por Alvaro Dias (PSDB-PR), o depoimento de Assis Carvalho, citado pelo Ministério Público na investigação sobre a entidade Funace, acusada de desvio e lavagem de dinheiro público. Foi acolhido ainda requerimento de Fátima Cleide (PT-RO) para a tomada do depoimento de Mário Gaiger, presidente da Fundação para o Desenvolvimento e o Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura (Fundae), vinculada à Universidade Federal de Santa Maria (RS), sobre a execução de convênio com o Detran do Rio Grande do Sul, objeto de investigação pela Polícia Federal.



À mesa, Heráclito Fortes (D) preside reunião da CPI das ONGs, ao lado de Inácio Arruda

Entidades sem fins lucrativos podem ter recursos do turismo

Três pedidos de abertura de crédito orçamentário – apresentados sob a forma de projetos de lei – podem ser examinados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) em reunião nesta quarta-feira, às 10h. Um dos projetos, o PLN 23/08, autoriza o Ministério do Turismo a mudar a modalidade de aplicação

de R\$ 15 milhões de seu orçamento, recursos vinculados à promoção de eventos para divulgação do turismo interno. Essas verbas deixariam de ser aplicadas via convênio com prefeituras (modalidade 40), para dar lugar a repasses a entidade privadas sem fins lucrativos (modalidade 50).



Jazidas da camada pré-sal podem colocar o Brasil entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo

Nova estatal e fundo do petróleo dominam debates

Os debates sobre as propostas anunciadas pelo governo de criar uma nova empresa, 100% estatal, para explorar as jazidas de petróleo encontradas pela Petrobras em águas profundas – a chama-

da camada pré-sal – e de instituir um fundo para administrar os recursos oriundos da exploração dessas jazidas sem definir onde seria investido o dinheiro dominaram os discursos de ontem e prometem acirrar-se.

ALVARO DIAS



“Flexibilização dos recursos é péssima idéia”

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a vinculação dos gastos do fundo previsto pelo governo para administrar os recursos vindos da exploração de petróleo de alta profundidade, a chamada camada pré-sal. O parlamentar informou que a comissão designada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu pela liberdade do governo na escolha do destino dos recursos do fundo.

– A idéia do fundo é boa; a idéia da flexibilização da aplicação dos recursos é péssima – afirmou o senador.

Para Alvaro Dias, é preciso definir qual será o destino dos recursos já na constituição do fundo. Ele pediu também critérios transparentes para a prestação de contas e se disse contrário à criação de uma nova estatal para administrar o petróleo do pré-sal e os recursos por ele gerados. Segundo o senador, isso enfraqueceria a Petrobras.

FRANCISCO DORNELLES



Medida significa reestatização e retrocesso

Preocupado com a proposta, divulgada por alguns setores do governo, de criação de uma nova empresa 100% estatal para explorar as reservas de petróleo do pré-sal, Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou ontem a medida. O senador se disse preocupado porque a modificação da lei “tem cunho ideológico e representa o restabelecimento parcial do monopólio estatal que no passado pertencia à Petrobras, o que significa um enorme retrocesso em um setor onde os resultados têm sido tão auspiciosos”, avaliou.

Segundo Dornelles, o debate sobre mudanças legislativas, divulgada pela mídia, poderá levar a uma paralisação dos investimentos em prospecção e produção devido à criação de um clima de incerteza e insegurança. O poder público, para o senador, poderá obter pelo regime de concessão, atualmente em vigor, a mesma remuneração que obteria com a implantação de um sistema de partilha.

HERÁCLITO FORTES



Proposta sinaliza calote aos acionistas

Heráclito Fortes (DEM-PI) protestou em Plenário contra a idéia de criação de uma empresa para administrar a exploração do petróleo a grande profundidade, retirado da chamada camada pré-sal. A intenção anunciada pelo governo, no entendimento do parlamentar, sinaliza um calote aos investidores da Petrobras e diminui a credibilidade do país no exterior.

O senador lembrou que o avanço tecnológico que permite a exploração de petróleo em grande profundidade foi financiado por recursos gerados pela própria empresa, ou seja, recursos dos acionistas.

– Como justificar a criação de uma nova empresa para explorar o petróleo do pré-sal perante os acionistas? – indagou, acrescentando que, ao anunciar a criação de outra empresa, o governo estava também anunciando um calote aos acionistas, o que seria inaceitável e inadmissível.

GARIBALDI ALVES

“Congresso precisa situar-se sobre o assunto”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que o Congresso precisa situar-se imediatamente sobre a questão da exploração do petróleo e munir-se de informações, a fim de ampliar

o debate. Ele afirmou ser a favor de uma nova estatal do petróleo.

– O presidente da República, para dar essa opinião, deve naturalmente ter subsídios melhores que os meus.

Eu quero apenas fazer coro com ele, porque acredito que o presidente da República não iria sugerir uma providência dessa amplitude sem ter muita segurança a respeito do assunto – frisou.

Baltasar Garzón: anistia não pode impedir investigação de crimes

Acompanhado dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marconi Perillo (PSDB-GO), o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu ontem o juiz espanhol Baltasar Garzón, famoso por ter pedido, e obtido, a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet por crimes contra a Humanidade.

Sobre a lei de anistia brasileira, o juiz disse aos jornalistas estar de acordo com a doutrina da Corte Interamericana de Direitos Humanos, segundo a qual as leis de anistia não podem impedir a investigação de crimes contra a Humanidade.

– Tanto é assim que se está julgando Alberto Fujimori. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos estabelece que esses crimes são imprescritíveis. Portanto, nesse sentido, eu considero que uma lei de anistia local não pode impedir a investigação de crimes contra a Humanidade.

Perguntado sobre que conselho daria ao Brasil a respeito dos processos abertos para averiguar crimes



Eduardo Suplicy (E) e Garibaldi Alves (D) recebem juiz espanhol

contra os direitos humanos, o juiz espanhol disse que não se julga apto a dar conselhos a ninguém. Mas apontou exemplos que considera conveniente serem seguidos.

– Posso falar sobre o que se está fazendo em outros países, em particular na Espanha, quando surgiu conflito entre matéria considerada confidencial pelos serviços de inteligência e a necessidade de sua abertura por ordem judicial. No fim, o Tribunal Superior ordenou que o material confidencial fosse entregue quando judicialmente requerido. De acordo com Baltasar Garzón, qualquer material secreto, ao final, tem que vir a público, em atendimento à ordem democrática.

O juiz anunciou ainda que há duas ações tramitando na Justiça da Espanha contra autoridades chinesas. Segundo informou, dois juizes estão investigando a ofensiva chinesa contra os tibetanos e crimes de lesa-humanidade perpetrados contra integrantes da Falun Gong, uma organização religiosa chinesa. Garzón defende a ação de cortes internacionais nos países que descumprirem a Declaração dos Direitos Humanos, independentemente das críticas quanto ao desrespeito à soberania desses países.

Simpósio sobre infra-estrutura será em novembro

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), programou para novembro o 1º Simpósio de Infra-Estrutura e Logística no Brasil: Desafios para um País Emergente, a ser realizado nos dias 12 e 13 daquele mês.

Para o debate, serão convidados os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff; do Meio Ambiente, Carlos Minc; do Trabalho e Emprego, Carlos Luppi; de Minas e Energia, Edison Lobão; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; e das Comunicações, Hélio Costa.

Os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Serys Slhessarenko (PT-MT), relatores, respectivamente, do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 também serão convidados.

Devem participar ainda os presidentes de órgãos reguladores, a exemplo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Outras entidades e empresas, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Petrobras, Instituto Acende do Brasil, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) são igualmente aguardadas.

Comissão debaterá plano para a Amazônia com Minc e Mangabeira

Audiência pública requerida por Flexa Ribeiro deverá ouvir na próxima terça-feira os ministros do Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos sobre questões como inclusão social e sustentabilidade

O PLANO AMAZÔNIA Sustentável e a questão ambiental na Amazônia são os temas da audiência pública que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizará na próxima terça-feira.

O presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse que foram convidados para o debate o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Man-

gabeira Unger.

A audiência – requerida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) em proposta aprovada ontem – terá o objetivo de informar aos senadores da comissão os procedimentos e as estratégias de ação do Plano Amazônia Sustentável e discutir a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e as demais questões ambientais no que se refere à região amazônica.

O Plano Amazônia Sustentável, ex-

plicou Flexa Ribeiro na justificativa do requerimento, constitui um conjunto de estratégias e orientações para as políticas federal e estaduais que têm por finalidade desenvolver a Amazônia.

O senador ressaltou que a questão ambiental brasileira vem sendo debatida tanto em nível nacional como internacional. Para ele, é importante que os ministros de Estado responsáveis pela implementação do plano prestem informações à comissão.



Os senadores Valdir Raupp (E) e Renato Casagrande durante reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Adiado o exame do fundo para conservação da floresta

A votação do projeto de lei que cria o *royalty* verde, a ser aplicado na conservação da Floresta Amazônica, foi adiada para a próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Pela proposta (PLS 8/08), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os recursos seriam oriundos da exploração de petróleo e gás natural.

Cristovam Buarque informou que, para isso, deve haver uma majoração da alíquota dos *royalties* de petróleo – atualmente em até 10% – para até 15%. A parcela que ultrapassasse os 10%, para compor o fundo, seria administrada pelo Ministério do Meio Ambiente.

O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), é contrário ao projeto. Ele ressalta ser favorável à adoção de medidas destinadas à conservação de florestas, com destaque à Amazônia. Mas entende que a majoração dos *royalties*, conforme propõe Cristovam, não é o caminho mais adequado, uma vez que sobre os hidrocarbonetos já incide elevada carga tributária, afirma.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) considerou a proposta interessante e, para melhor analisá-la, solicitou vistas, concedida pelo presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Audiência discutirá combate à pirataria de CDs e DVDs

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem requerimento do senador Expedito Júnior (PR-RO) para realização de debate sobre o combate à pirataria na indústria fonográfica e audiovisual. A discussão visa instruir a tramitação de projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do imposto de importação incidentes em CDs e DVDs.

O projeto (PLS 210/07) estabelece ainda alíquota zero nas contribuições para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para o financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre os produtos.

Entre os convidados para o debate, Expedito Junior sugeriu a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira; o presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária, Nelson Machado; os presidentes das associações Nacional de Autores e Intérpretes, Sueli Peres, e dos Produtos de Disco, Paulo Rosa; e o presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Manoel Rangel. Ele propôs, ainda, os nomes de Márcio Gonçalves, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça, e do diretor do setor antipirataria da Motion Pictures Association da América Latina.



Presidida por Marconi Perillo (foto ao alto), comissão convidará para o debate Delcídio Amaral e Serys Slhessarenko, relatores da LOA e da LDO



Marco Maciel (à esquerda, ao lado de Simon) preside reunião da Comissão de Justiça e Cidadania (CCJ).

Prazo de cinco dias para registro de microempresa na pauta da CCJ

O prazo para a análise de pedido de registro de pequena ou microempresa e para o pronunciamento da Junta Comercial sobre esse pedido poderá vir a ser fixado em cinco dias. Projeto com essa determinação encontra-se na pauta de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLC 91/07) altera a lei sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins (Lei 8.934/94), que já estabelece prazos para esse procedimento.

A proposta, que recebeu parecer favorável de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), especifica o prazo para os atos e recursos relativos a pequena e microempresa e estabelece abertura de processo administrativo disciplinar para apuração de qualquer caso de descumprimento da norma e a respectiva penalidade.

Flexa Ribeiro destaca em seu parecer que a idéia do projeto é garantir que empresas que lidam com uma documentação mais simplificada – as pequenas e micro –, não precisem se submeter às exigências mais amplas previstas para empresas de maior porte.

O relator também ressalta que o período de cinco dias corridos é “suficiente e adequado” para que a Junta Comercial proceda a seu registro ou julgue o recurso contra o indeferimento. Se o prazo não for respeitado, explica, ocorrerá imediata abertura de processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidade e aplicação da penalidade cabível.

Após ser aprovada pela CCJ, e antes de ir ao Plenário, a matéria terá que ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão pode decidir hoje se jogo de azar será criminalizado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve apreciar hoje parecer do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) favorável a projeto (PLS 274/06) que retira os jogos de azar da Lei de Contravenções Penais (Lei 9.613/98) e os inclui no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40). A proposta, assim, criminaliza a exploração desse tipo de jogo, para tornar mais eficiente a ação penal contra lavagem de dinheiro.

Conforme o projeto, considera-se jogo de azar todo aquele, eletrônico ou não, em que o ganho ou a perda dependa da sorte,

ou a atividade que, mediante a distribuição de bilhetes, listas, cupões, vales, cartelas ou meios analógicos, submete a sorteio a obtenção de prêmio.

A proposta determina que o juiz poderá apreender e seqüestrar bens, diretos e valores de quem burlar a lei. Estão incluídos aí hotéis, fundações, sociedades, associações e residências particulares em que se realizam jogos de azar. O projeto foi apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que investigou, de 2004 a 2005, a utilização das casas de bingo pelo crime organizado.

Projetos que beneficiam pessoas com deficiência serão examinados

Podem ser votadas hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania duas propostas que beneficiam pessoas com deficiência. Uma delas dá prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

De autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o projeto (PLS 216/04) altera a lei que dispõe sobre apoio a essa faixa de população (Lei 7.853/89). A proposta determina que a preferência será observada em qualquer instância e inclui tanto a parte interessada como a interveniente no processo.

Substitutivo de Ideli Salvatti (PT-SC), a relatora, incluiu prioridade de trâmite também nos processos administrativos.

Já a segunda proposta (PLS 250/05) estabelece critérios diferenciados para concessão de aposentadoria a servidores públicos com deficiência. O benefício seria concedido após 25 anos de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria. O projeto de lei complementar, de Paulo Paim (PT-RS), regulamenta o parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição.

Proposta de Inácio Arruda que estabelece prioridade ao combate à desertificação foi aprovada por unanimidade pelos parlamentares do bloco latino-americano

Parlamento do Mercosul no combate à desertificação

O COMBATE À desertificação deve ser prioridade para os países do Mercosul. Foi o que decidiu ontem o Parlamento do bloco, que aprovou por unanimidade substitutivo do parlamentar argentino Oscar Aníbal Castillo à proposta de declaração do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) nesse sentido.

No texto, os parlamentares firmam o compromisso de priorizar as iniciativas para combater os efeitos da desertificação nos segmentos sociais mais vulneráveis da Comunidade Sul-Americana de Nações e de promover programas de ações necessários para o desenvolvimento sustentável por meio do uso racional das terras.

Os parlamentares reiteram os princípios do Direito Internacional Ambiental, especialmente a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Agenda 21.

Para o Parlamento do Mercosul, as verbas designadas ao combate à desertificação provenientes de órgãos de cooperação internacional deverão ser destinadas de forma prioritária ao apoio das estratégias e dos planos de ação nessa matéria.

Eles ainda manifestam a convicção de que o Parlamento do Mercosul é um espaço de debate que deve priorizar, em sua agenda, a harmonização e a internalização das políticas e

normas relativas ao combate à desertificação.

Terras produtivas

Na justificativa da proposta, Inácio Arruda afirma que a desertificação e a degradação do solo atingem todo o bloco, com impactos nocivos à produção de alimentos, à segurança alimentar, à disponibilidade hídrica, ao meio ambiente e às populações mais pobres.

Estimativas da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, citadas por ele, indicam que o problema atinge 28% do território da América do Sul, que pode perder um quinto das terras produtivas até 2025, se o quadro não for revertido.



Desertificação, que já atinge 28% do território da América do Sul, preocupa os parlamentares reunidos em Montevideu

Oposição ao embargo europeu à carne do continente

O Parlasul também aprovou declaração de oposição às medidas da União Européia que dificultam a venda da carne bovina dos países do Mercosul ao mercado europeu. O documento afirma que a liberdade do comércio internacional não deve ser maculada por ações unilaterais de caráter discriminatório e defende o livre acesso aos mercados e o respeito às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por fim, os parlamentares registram sua convicção de que a carne exportada pelos países do bloco é submetida às rigorosas normas sanitárias internacionais, estando, portanto, em condições de ser comercializada e consumida em qualquer parte do mundo.

O relator da proposta, senador Aloizio Mercadante, lembra que, devido a um pequeno foco de aftosa prontamente debelado em Mato Grosso do Sul, a União Européia passou a exigir a implantação de um sistema de rastreamento, extremamente caro e de difícil implantação, de todo o gado abatido no Brasil para exportação ao bloco.

Em pauta, Ilhas Malvinas e Guiana Francesa

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) encaminhou proposta para que o Parlamento do Mercosul aprove uma declaração favorável a uma “solução pacífica e negociada” para a situação da Guiana Francesa, que tem status de “departamento ultramarino da França”, e das Ilhas Malvinas, sob domínio da Inglaterra, consideradas pelo parlamentar como “enclaves coloniais” na América do Sul.

Pela proposta, que será discutida no 15 de setembro, o Parlamento deve declarar que a Guiana Francesa e as Ilhas Malvinas “constituem-se em territórios sob domínio colonial”. Para ele, “tal situação historicamente anacrônica é incompatível com os princípios democráticos e libertários que conformam a União Européia”.

Para o senador, a constituição da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) deve ser feita por Estados soberanos.

Nelson Jobim debaterá defesa da América do Sul

O Parlamento do Mercosul vai promover no dia 16 de setembro, a partir das 9h, sessão especial para ouvir o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a proposta de criação de um sistema de segurança para a América do Sul. A realização da sessão foi aprovada ontem por unanimidade.

O presidente do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), lembrou que Jobim apresentou a proposta há alguns meses, por ocasião da assinatura da Constituição da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Segundo Dr. Rosinha, a maioria dos parlamentares dos outros países do Mercosul questionou a sugestão. Por isso, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propôs um debate com o ministro na Comissão de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa do Parlamento do bloco. Dr. Rosinha defendeu a idéia de Jobim. Para ele, um sistema de segurança “dizer aos Estados Unidos que não precisamos da segurança deles, até porque ela é insegura para nós”.

Casagrande quer abrir capital da Infraero

A retomada das obras de ampliação do aeroporto de Vitória foi defendida por Renato Casagrande (PSB-ES). Segundo o senador, a reforma do aeroporto foi suspensa em 2005 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que, em auditoria, detectou indícios de superfaturamento nos preços praticados pelo consórcio responsável pela obra, formado pelas construtoras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon.

Ao criticar o modelo atual de gerenciamento dos aeroportos, o parlamentar propôs a abertura do capital da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) como forma de reduzir a ocorrência de fraudes em licitações de obras aeroportuárias.

Pré-sal

Casagrande sugeriu ainda ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, a realização de um ciclo de debates na Casa sobre a destinação dos recursos oriundos da exploração das jazidas de petróleo recém-descobertas na camada do pré-sal.



Genalbo Magalhães

Para senador, terminal de regaseificação atenderá demanda das termoeletricas

Arruda anuncia que Lula vai ao Ceará inaugurar obras

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) chamou a atenção para a visita que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, farão ao Ceará para a inauguração de obras e anúncios de futuros investimentos. Entre as obras está o terminal de regaseificação da Petrobras, no Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, que será inaugurado hoje, às 9h30.

O Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito terá capacidade para a oferta 7 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural, suficientes para atender, com grande folga, toda a demanda das termoeletricas do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Conforme senador, o Brasil ainda não cumpriu meta prevista na Declaração da Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas para encorajar a indústria farmacêutica

Adelmir pede acesso fácil a medicamentos essenciais

O SENADOR ADELMIER Santana (DEM-DF) pediu ações concretas do governo federal para proporcionar à população de baixa renda acesso aos medicamentos essenciais. Ele considera que o Brasil precisa cumprir a meta prevista pela Declaração da Cúpula do Milênio das Nações Unidas (aprovada pelos países-membros da ONU em 2000) de "encorajar a indústria farmacêutica a tornar remédios essenciais mais disponíveis mundialmente e de mais fácil aquisição por todos aqueles que precisem deles em países em desenvolvimento".

Dados apresentados pelo Ministério da Saúde na Reunião Geral dos Conselhos Regionais de Farmácia, em 2006, lembram Adelmir Santana, mostravam que, no Brasil, despesas com saúde aparecem em terceiro lugar entre os gastos familiares; que os medicamentos repre-



José Cruz

População de baixa renda é a mais prejudicada, avalia Adelmir Santana

sentam 61% desses gastos para famílias de baixa renda; que 51,7% das pessoas que precisam de tratamento têm dificuldades para obter medicamentos; e que cerca de 55% delas não podem pagar os remédios de que necessitam.

Pesquisa da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma), de 2000, continuou

o senador, indica que 49% dos brasileiros "estavam praticamente excluídos do mercado de medicamentos".

– Mas não são fatores de ordem econômica ou legal que restringem o acesso de nossa população de menor renda a medicamentos. Apesar de todo o empenho do presidente Lula para com as questões sociais, é o próprio governo federal que vem impedindo o acesso dos brasileiros aos medicamentos essenciais – acusou.

Em sua interpretação, as causas são a política nacional de medicamentos e a "omissão da Câmara de Regulação de Medicamentos no monitoramento de preços".

Adelmir também disse que a maioria das prefeituras não tem condições de assegurar atendimento de emergência, devido ao baixo valor dos repasses do Sistema Único de Saúde (SUS).



Waldemir Borreto

Adelmir Santana afirma que despesas com remédios aparecem em terceiro lugar entre os gastos das famílias brasileiras

Alvaro Dias defende regras claras para os circos

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou a definição de regras claras para a atividade circense. Ele lembrou que o Senado já aprovou projeto de sua autoria que regulamenta o setor (PLS 397/03) e pediu agilidade da Câmara dos Deputados para a votação da matéria. O senador também comentou conflitos envolvendo o grupo circense Le Cirque, instalado em Brasília, e criticou a ação de órgãos ambientais do Distrito Federal.

– É preciso respeitar a atividade circense, evidentemente, estabelecendo normas compatíveis com as exigências da sociedade. Mas vamos definir essas normas o mais rapidamente possível para evitar que fatos como esse venham a se repetir.

Na última semana, recordou, a Delegacia Especial do Meio Ambiente do Distrito Federal recebeu denúncia e enviou equipe para investigar supostos maus-tratos a animais do Le

Cirque. A conclusão teria sido de não existir irregularidades. Entretanto, continuou, representantes do Ibama foram ao local, o que resultou em embargo ao Le Cirque. Depois um juiz concedeu liminar favorável ao circo, autorizando seu funcionamento. Para o senador, houve desrespeito à ordem judicial. Ele também pediu investigações sobre a ONG GAP, de defesa dos primatas, que estaria dando suporte às ações contra o circo.



Genalbo Magalhães

Madeira ilegal apodrece sem nenhuma destinação

Geovani cobra agilidade do poder público

Geovani Borges (PMDB-AP) lamentou ontem a demora na destinação de madeira apreendida nos estados da região Amazônica. Segundo o senador, estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostrou que somente 4% da madeira ilegal apreendida entre 2004 e 2006 tiveram um destino como leilão ou doação.

No período, mostram os dados do Imazon, teriam sido apreendidos mais de 178 mil metros cúbicos de madeira, e apenas pouco mais de 7 mil metros cúbicos foram aproveitados após a apreensão. Nessa situação, observou Geovani Borges, a madeira apreendida acaba desviada, apodrecida ou obsoleta. Ele afirmou que os órgãos ambientais devem ser aperfeiçoados para que a fiscalização, a apreensão, a aplicação de multas e a destinação do material apreendido sejam mais eficazes.

O parlamentar elogiou ainda a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabelecendo que a pensão alimentícia recebida pelos filhos não se encerra automaticamente quando completam 18 anos. A Súmula 358 do STJ assegura ao filho o direito ao contraditório no âmbito da Justiça.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Alvaro Dias • Papaléo Paes • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Renan comemora recuperação de ferrovia

Melhores condições para prática de esportes



O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) manifestou ontem sua satisfação com a melhoria da malha ferroviária do seu estado, que passará a integrar a grande malha da Transnordestina. Com isso, disse, serão ampliadas as possibilidades de escoamento de diversos produtos e, conseqüentemente, o crescimento econômico. Atualmente, de acordo com Renan, Alagoas usa menos de 10% das suas linhas férreas e, assim mesmo, apenas para transporte de passageiros. Desde 1998, os 356 quilômetros da malha de Alagoas estão sob a administração da Companhia Ferroviária do Nordeste, hoje com o nome de Transnordestina Logística.

Melhoria da malha de Alagoas facilita crescimento, diz Renan

Ao lamentar "o fraco desempenho da equipe olímpica nacional", Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu a ampliação da participação de todas as esferas de governo na criação de condições adequadas para a prática desportiva no país.

"É preciso haver, em caráter nacional, eventos como campeonatos, disputas entre municípios, entre estados, para não ficarmos restritos a poucas modalidades esportivas, diminuindo o surgimento e a projeção de novos valores e talentos", disse. Em aparte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) frisou a importância da adoção do período integral nas escolas públicas para o desenvolvimento dos esportes.

Quintanilha lamenta resultado do futebol: Argentina 3 x Brasil 0



Rosalba Ciarlini frisa que senadores do seu estado apóiam o pleito

Rosalba pede a ministro aparelho contra o câncer

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) relatou ontem o resultado da audiência que teve com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, acompanhada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. O outro representante do Rio Grande do Norte, senador José Agripino (DEM-RN), não pôde comparecer por estar a serviço do Senado em São Paulo. Rosalba disse que o ministro demonstrou simpatia pela reivindicação dos potiguares, que pedem um novo acelerador linear para a Liga Norte-Rio-Grandense do Câncer. O aparelho é utilizado em tratamentos de radioterapia.

Rosalba frisou que os três senadores estão comprometidos com o pleito e que o novo equipamento desafogaria o congestionamento no tratamento de radioterapia no Hospital do Câncer de Natal, já que todos os casos de câncer do estado são enviados para a capital. A senadora chamou a atenção para o fato de que pacientes com câncer não podem esperar em uma fila, pois necessitam de tratamento com urgência.

Ela também sublinhou que, quando prefeita de Mossoró, criou a Liga Mossoroense de Câncer, lutando pelo tratamento de quimioterapia na própria cidade.

– Com o esforço da sociedade, está sendo construído o Hospital do Câncer de Mossoró – disse.

A Polícia Federal vem realizando várias reuniões com governos estaduais para discutir políticas de segurança para a Amazônia. Lavagem de dinheiro, narcotráfico, questões de fronteira e recursos naturais são temas dos encontros

Flexa Ribeiro faz apelo a Minc pela cidade de Aveiro

Em nome dos moradores da cidade de Aveiro, no Pará, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez um apelo ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para que uma área de 25 mil hectares do município seja excluída dos 600 mil hectares que integram a Floresta Nacional do Tapajós.

Segundo o senador, o município de Aveiro, criado em 1883, foi açambarcado pela reserva Floresta Nacional do Tapajós, instituída em 1974.

Como conseqüência, assinalou Flexa Ribeiro, 80% da área do município foram transformados em reserva ambiental e a área urbana ficou sob a jurisdição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Com isso, o município depende da aprovação do Ibama para realizar qualquer obra. Projetos como um sistema de abastecimento de água tratada em convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no valor de R\$ 600 mil, têm sido indeferidos apenas por questões burocráticas, critica o senador.



Senador pede que a área urbana seja excluída de reserva ambiental



O senador lamenta que o Itamaraty não tenha feito fórum para discutir o futuro da região com os governadores

Viana elogia visão da Polícia Federal sobre a Amazônia

O SENADOR TIÃO Viana (PT-AC) parabenizou a Polícia Federal pelo trabalho de aproximação que vem promovendo com os governos dos estados da região amazônica com vistas ao aprimoramento das políticas de segurança pública. Comandados pelo próprio diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, uma equipe da instituição tem realizado discussões com membros das administrações estaduais para conhecer melhor a realidade de cada unidade da Federação localizada dentro da região.

Segundo Tião Viana, essa delegação esteve por dois dias no Acre, onde fez uma reflexão a respeito de políticas de segurança, combate ao narcotráfico, crime organizado, lavagem de dinheiro, questões de fronteira e o potencial da região em termos de recursos naturais e, também, sobre "a questão do uso de algemas em prisões".

Para o senador, o resultado desse encontro foi muito positivo por mostrar a consideração da equipe da PF pela Amazônia em geral e pelo estado do Acre, em particular. O sentimento que ficou para as autoridades acreanas contrasta, conforme o parlamentar do PT, com a sensação usual de que o Brasil "não está atento a ponto de não colocar como prioritárias políticas públicas [para a região].

– Foi extraordinário perceber que a instituição passou a ter um olhar que vai além da repressão. Quero aqui apresentar um voto de reconhecimento e apreço pelo amadurecimento institucional da Polícia Federal – disse o senador, que elogiou o representante da PF no Acre, Luiz

Cravo Dória.

É lamentável que o Itamaraty não tenha feito fórum na Amazônia para discutir soberania com governadores – cobrou Tião Viana.

Emprego e renda

Em seu pronunciamento, o senador fez referência aos números positivos registrados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho. Entre janeiro e julho deste ano, foi criado 1,5 milhão de empregos formais, sendo que 200 mil só em julho.

Entre 2003 e 2008, conforme disse Tião Viana, o salário médio dos brasileiros cresceu 22,3%, sendo que a segunda maior elevação do país, de 37,08%, foi registrada exatamente no estado do Acre.



Suplicy destaca lançamento de livro sobre Vieira de Mello

O lançamento do livro *Sérgio Vieira de Mello: o homem que queria salvar o mundo*, de autoria da norte-americana Samantha Power, jornalista e professora da Universidade de Harvard, foi registrado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ele acompanhou as palestras da autora durante o lançamento da obra na Bienal do Livro de São Paulo e também na Livraria Cultura.

Suplicy leu vários trechos da biografia do brasileiro, morto há cinco anos em atentado

no Iraque, onde comandava a missão da Organização das Nações Unidas (ONU). A autora enfatiza que Vieira de Mello foi escolhido devido à sua vasta experiência internacional, especialmente em zonas de conflito.

O senador sublinhou trecho que narra como o diplomata brasileiro conquistou a simpatia do presidente americano George W. Bush, mesmo condenando a tortura aos presos detidos em bases americanas em Guantánamo e no Afeganistão.

Mão Santa ressalta início do horário eleitoral gratuito

O senador Mão Santa (PMDB-PI) registrou ontem, em Plenário, o início do horário eleitoral gratuito nas emissoras de rádio e televisão. Conforme disse, as eleições de 5 de outubro darão a chance de os brasileiros colocarem em prática uma das características mais importantes da democracia: a alternância de poder. O senador sugeriu aos eleitores que escolham os melhores candidatos para suas cidades.

Para Mão Santa, outra das qualidades essenciais para a democracia é a divisão dos Poderes. Porém, disse o senador, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo são apenas "instrumentos da democracia", pois o verdadeiro poder, afirmou, "é o povo que trabalha, que paga contas".

Mão Santa lembrou personalidades de destaque na política brasileira como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Juscelino

Kubitschek, Tancredo Neves e Mário Covas para elogiar as pessoas que, na recente história do país, "fizeram renascer as liberdades democráticas".

Em aparte, Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou o pronunciamento do colega.



Mão Santa: eleitor precisa escolher o melhor candidato

Foto de Geraldo Magela

José Nery cobra votação da PEC do Trabalho Escravo

Senador anuncia campanha para obter 1 milhão de assinaturas no pedido para que a Câmara decida sobre proposta que prevê expropriação de terras

O SENADOR JOSÉ Nery (PSOL-PA) pediu ontem que a Câmara dos Deputados acelere a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC 438/01) – que aguarda votação em segundo turno. O parlamentar disse que se associa à reivindicação da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, composta por entidades brasileiras e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo o senador, a frente está coordenando uma campanha de assinaturas em todo o Brasil "para solicitar, exigir e comprometer a Câmara dos Deputados com a aprovação da PEC do Trabalho Escravo em segundo turno", e deve entre-

gar o pedido de aprovação em 19 de novembro. Ele salientou que a aprovação da matéria vai permitir a expropriação das propriedades onde ainda se verifica trabalho escravo ou análogo a



Luz Visconcelos/A Crítica



José Nery apóia Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Gerardo Magela

escravidão.

José Nery também registrou decisão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) de realizar audiência pública com entidades que reúnem prefeitos e vereadores para debater a inclusão dos direitos humanos na plataforma eleitoral de todos os candidatos a vereador e prefeito de todos os municípios brasileiros.



Foto de Geraldo Magela

Câmara precisa votar logo a matéria, já examinada no Senado, diz Expedito

Expedito Júnior pede equiparação de servidores

Um apelo ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que submeta a votação a proposta de emenda à Constituição que equipara os servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia ao funcionalismo público federal (PEC 483/05) foi o principal objeto do discurso de ontem do senador Expedito Júnior (PR-RO). De autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), a matéria foi aprovada no Senado em novembro de 2005.

Na avaliação do senador, a aprovação vai corrigir uma "injustiça" com os servidores de Rondônia, tendo em vista que já foi concluída a transposição dos servidores dos ex-territórios de Roraima e Amapá. Expedito Júnior lembrou que a comissão especial criada na Câmara para examinar a matéria emitiu parecer favorável, devolvendo-a ao presidente da Casa para que fosse colocada em pauta.

Beron

Expedito Júnior também cobrou o cumprimento da Resolução 34/07 do Senado, que determinou a suspensão temporária dos pagamentos da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia (Beron) com a União. O débito continuou a ser cobrado do governo de Rondônia pelo Executivo, o que levou a Advocacia do Senado a ingressar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para garantir o cumprimento da resolução. A ação aguarda julgamento pelo tribunal.

Camata afirma que escolas pregam comunismo

"Algumas escolas brasileiras fazem pregações sobre marxismo e comunismo a seus alunos", alertou Gerson Camata (PMDB-ES), citando matéria da revista *Veja*. O senador apelou ao presidente Lula e ao ministro da Educação, Fernando Haddad, para que não permitam que os estudantes do país sejam educados de forma, a seu ver, ineficiente.

– Tal ideário pertence ao século 19. Em vez de ensinar matemática, geografia, ciências, preparar os garotos para o futuro de um mundo novo, preparam os estudantes para nada. Preparam para serem inúteis, preparam para serem revolucionários como Che Guevara – disse.

Camata parabenizou a China por ter omitido, na solenidade de abertura das Olimpíadas de 2008, "o período mais negro, mais energúmeno e mais homicida da sua história, que foi o

regime comunista comandado por Mao Tsé-Tung".

O senador disse que "o Brasil possui cinco partidos comunis-



XINHUA



Camata: na abertura dos jogos, China omitiu período comunista

Gerardo Magela

tas", o que, em sua opinião, representa um atraso político.

Segundo ele, a ineficiência dos políticos e a "onda de corrupção que varre o Brasil" têm relação com o comunismo pregado nas escolas. Ele também chamou a atenção para a necessidade de o país melhorar seus índices educacionais para ser mais eficiente.

Goellner elogia recolhimento de embalagens vazias

O recolhimento de embalagens vazias de produtos fitossanitários (agrotóxicos) pelas indústrias e revendedores foi elogiado ontem pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT). Ele lembrou que a Lei 9.974/00, que viabilizou esse procedimento, foi iniciativa do falecido senador Jonas Pinheiro, de quem era suplente. Depois de editada a regulamentação da lei, disse Goellner, iniciou-se o recolhimento das embalagens vazias, no que foram envolvidos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, as indústrias fabricantes e os distribuidores, além dos próprios produtores rurais.

Goellner ressaltou que, em 2001, foi criado o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos (Inpev), entidade sem fins lucrativos dedicada a gerir a destinação final das embalagens vazias desses produtos. Ele informou que, atualmente, o Inpev possui 375 pontos de recolhimento de embalagens nos estados. Além disso, tem aumentado sua estrutura e desenvolvido ações para aumentar o nível de conscientização e de participação dos agricultores.

O senador Tião Viana (PT-AC) ressaltou que Jonas Pinheiro foi um militante "maduro e efetivo" da busca de um desenvolvimento rural que respeite a "mão calejada do produtor rural", mas também tecnologicamente atualizado. Casildo Maldaner (PMDB-SC) frisou que Goellner segue os passos de Jonas em defesa do campo.



Gilberto Goellner lembrou a atuação do falecido senador Jonas Pinheiro

Foto de Geraldo Magela

Maldaner conclama parlamentares a participarem do debate eleitoral

Ao destacar que começaria ontem a propaganda eleitoral gratuita na rádio e na televisão, Casildo Maldaner (PMDB-SC) chamou a atenção para o grande debate que as eleições municipais deflagram.

– São debates de toda ordem, de toda sorte, que se iniciam hoje em todos os lugares – afirmou o senador, acrescentando que os parlamentares têm a obrigação

cívica de participar dessas discussões, "sem descurarmos das propostas que tramitam nessa Casa".

Casildo Maldaner afirmou que, nos municípios, são debatidos os temas de verdadeiro interesse da população. Ele defendeu a descentralização administrativa. Em sua avaliação, o governo central deveria atuar apenas como normatizador

de regras, ficando as principais decisões no âmbito local.

Como exemplo da vantagem da descentralização, ele disse que uma reforma em uma cidade do interior, quando realizada por uma empresa dessa cidade, sai por até metade do preço da que poderia ser feita por uma grande empresa da capital, vencedora de uma licitação centralizada.

Foto de Leopoldo Silva



Maldaner: temas que mais interessam o povo são discutidos nos municípios